

# IMAGINAR A EUROPA

(COORD.) Maria Manuela Tavares Ribeiro

## COLEÇÃO ESTUDOS SOBRE A EUROPA

COORDENAÇÃO

Maria Manuela Tavares Ribeiro

## IMAGINAR A EUROPA

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, SA

Av. Fernão Magalhães, n.º 584, 5.º Andar

3000-174 Coimbra

Tel.: 239 851 904

Fax: 239 851 901

www.almedina.net

editora@almedina.net

PRÉ-IMPRESSÃO | IMPRESSÃO | ACABAMENTO

G.-C. GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira – Assafarge

3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Fevereiro, 2010

DEPÓSITO LEGAL

303568/09

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

### *Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação*

Imaginar a Europa / coord. Maria  
Manuela Tavares Ribeiro. – (Estudos  
sobre a Europa ; 8)

ISBN 978-972-40-4046-2

I – RIBEIRO, Maria Manuela Tavares

CDU 327

339

316

2

---

## Índice

### **Maria Manuela Tavares Ribeiro**

*Introdução* ..... 11

### **Georges Contogeorgis**

*L' Europe politique: quel avenir?* ..... 13

### **Peter Antes**

*A Vision of Europe: many religions in one political community* ..... 25

### **Maria Fernanda Rollo**

*The american way: a construção americana da Europa* ..... 45

### **Luís Andrade**

*Uma perspectiva atlântica das relações entre a Europa e os Estados Unidos da América* ..... 101

### **Cristina Robalo Cordeiro**

*A Europa em busca da sua alma: necessidade de metafísica* ..... 113

### **Rui Cunha Martins**

*O imaginário da portugalidade nas vésperas do imaginário europeu: o Estado Novo e o regionalismo nacionalista* ..... 121

*Resumos* ..... 147

*Abstracts* ..... 151

**Luís Andrade**

---

**Uma perspectiva atlântica das relações  
entre a Europa e os Estados Unidos da América**

Universidade dos Açores

**Luís Andrade** é Professor e Pró-Reitor da Universidade dos Açores. É autor, entre outras, das seguintes publicações: “Transatlantic Relations – a Portuguese Perspective”, *Journal of International Relations*, New Bulgaria University, Sofia, Bulgária (versão electrónica); “Os Açores, as Relações Transatlânticas e a Nova Arquitectura de Defesa e de Segurança Europeia”, *Revista Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias – Ideias de Europa*, vol. XIX, II Série, Centro de História da Cultura, Universidade Nova de Lisboa, 2004.

Desde há séculos que a política externa portuguesa tem sido caracterizada por ser euro-atlântica. Isto é, Portugal, de uma forma geral, tentou sempre evitar envolver-se nas querelas continentais europeias o que explica, por exemplo, a aliança luso-britânica, que foi, desde o século XIV, um dos vectores mais importantes dessa política externa. A aliança com a potência marítima dominante constituiu sempre uma preocupação essencial dos governantes portugueses ao longo dos séculos.

No final do segundo conflito mundial, os Estados Unidos da América surgem como a grande potência marítima, e é em Setembro de 1951, que se efectiva, de facto, o primeiro acordo de defesa bilateral entre Portugal e aquele país. Durante a Segunda Guerra Mundial, e uma vez que não existia qualquer acordo bilateral entre Portugal e os Estados Unidos da América, o *quid pro quo* encontrado para a concessão de facilidades de natureza militar a este país assentou na ajuda a prestar a Portugal no sentido de se expulsar os Japoneses de Timor. É importante referir, todavia, que, antes da invasão Japonesa, foram tropas Holandesas e Australianas que entraram em Timor, colocando, desta forma, em risco a neutralidade portuguesa.

Por outro lado, ao longo da Guerra Fria, foi evidente o interesse por parte dos Estados Unidos da América nos Açores, particularmente no que concerne ao acesso à base das Lajes.

Com a queda do Muro de Berlim, em Novembro de 1989, e a conseqüente implosão do império soviético, em Dezembro de 1991, o cenário estratégico mundial sofreu profundas alterações, facto que, em nosso entender, veio reforçar, por exemplo, as posições dos Estados Unidos da América. Isto é, nós vivemos hoje em dia num mundo que se caracteriza por ser unipolar em termos estratégico-militares, facto que acarreta, obviamente, aspectos positivos e negativos.

Como foi referido, ao longo da Guerra Fria, foi notório o recurso aos Açores por parte dos Estados Unidos da América por forma a implementarem a sua estratégia global de contenção do expansionismo soviético na Europa e no mundo.

No âmbito do novo quadro geopolítico internacional que se tem vindo a desenhar no decurso dos últimos anos, é notório por parte dos responsáveis portugueses a preocupação em manter a relação transatlântica, independentemente dos fortes laços que nos unem à Europa.

No entanto, o início do século XXI foi caracterizado por uma série de acontecimentos como, por exemplo, os atentados terroristas que tiveram lugar nos Estados Unidos da América, no Reino Unido, em Espanha, na Indonésia bem como a Guerra do Iraque, que tornaram, em nosso entender, e no que concerne particularmente à União Europeia, cada vez mais urgente

a implementação de uma Política Externa e de Segurança Comum e, por sua vez, de uma Política Europeia de Segurança e Defesa, verdadeiramente efectivas.

Neste contexto, convém referir que os desígnios da Europa no que diz respeito à defesa, não têm como objectivo colocar em causa a existência da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Todavia, o relacionamento entre a Europa e os Estados Unidos da América não está, nem esteve, isento de problemas e de dificuldades. Alguns dos diferendos entre as duas margens do Atlântico têm a ver, entre outras coisas, com a forma como a Europa tem vindo a organizar a sua defesa, evidenciando, por vezes, algumas diferenças significativas no que diz respeito, por um lado, à visão estratégica, e, por outro, ao planeamento de forças e capacidades militares<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Relativamente a este assunto, John J. Mearsheimer, no seu artigo intitulado "The Future of the American Pacifier", in *Foreign Affairs*, September/October 2001, pp. 48-49, escreve o seguinte: "There is considerable evidence, however, that the United States and its Cold War allies are now beginning to drift apart. This trend is most apparent in Europe, where NATO's 1999 war against Serbia and its messy aftermath have damaged transatlantic relations and prompted the European Union to begin building a military force of its own that can operate independently of NATO – meaning the United States. The United Kingdom, France, Germany, and Italy are slowly but inexorably realizing that they want to provide for their own security and control their own destiny. They are less willing to take orders from the United States than they were during the Cold War". Por outro lado, Ekavi Athanassopoulou escreveu o seguinte acerca desta questão: "... the façade of the Cold War alliance could not conceal that the defence interests and strategic priorities of the United States and the Europeans differed most often than not", e ainda o seguinte: "The Atlantic Alliance was built on a reality and marketed on an illusion. The reality was that the United States could not let Western Europe fall into Russian hands, and that the Europeans wanted American protection. The illusion was that the alliance would lead to a true partnership of equals with virtually identical interests", "Transatlantic Relations caught up by reality", in *Journal of Transatlantic Studies*, Edinburgh University Press, Edinburgh, Spring 2006, p. 113. Veja-se, de igual modo, o artigo de Alexander Hoese e Kai Oppermann intitulado "Transatlantic Conflict and Cooperation: what role for public opinion?", in *Journal of Transatlantic Studies*, Edinburgh University Press, Edinburgh, Spring 2007, pp. 43-61. O artigo de Carl Cavanagh Hodge, intitulado "Strategic Drift in the Expeditionary Era: NATO in the New World", in *Journal of Transatlantic Studies*, Edinburgh University Press, Edinburgh, pp. 25-42, aborda a questão da implementação, por parte da União Europeia, de uma Política Externa e de Segurança Comum e de uma Política Europeia de Segurança e Defesa e as relações com a NATO.

No que se refere ainda às diferenças entre a Europa e os Estados Unidos da América, Timothy Garton Ash, por exemplo, refere que a Europa gosta de se considerar o pólo moral e intelectual enquanto o poder americano, em particular o poder militar, continuará a trazer consigo a tentação do unilateralismo<sup>2</sup>. Por outro lado, Robert Kagan, no seu célebre livro intitulado *Of Paradise and Power: America and Europe in the New World Order*, refere mesmo que os Europeus são de Vénus e os norte-americanos são de Marte<sup>3</sup>.

Independentemente do melhor ou pior relacionamento entre os dois continentes, o arquipélago açoriano tem vindo a desempenhar, ao longo dos anos, um papel da maior importância. Os Açores constituem aquilo que alguns especialistas consideraram mesmo como o elo essencial na relação transatlântica entre Portugal e os Estados Unidos da América.

Convém referir, porém, que o mundo a que nós assistimos durante a Guerra Fria era, pelo menos em alguns aspectos, mais estável do que aquele em que nós vivemos hoje em dia. Tal como escreveu, por exemplo, Phil Williams e Paul N. Woessner: "...a Guerra Fria, para a Europa, representou o melhor e o pior dos tempos, simultaneamente um mundo muito perigoso e muito estável"<sup>4</sup>.

Muito embora reconhecendo a possibilidade de ocorrer um conflito de natureza militar entre os dois blocos – NATO e Pacto de Varsóvia – o mundo

---

<sup>2</sup> Timothy Garton Ash, *Free World - A América, a Europa e o Futuro do Ocidente*, Alêtheia Editores, Lisboa, 2006, pp. 109-171.

<sup>3</sup> Robert Kagan, *Of Paradise and Power: America and Europe in the New World Order*, Knopf, New York, 2003, p. 8. Kagan, relativamente a esta matéria, escreve o seguinte: "É altura de parar de fingir que os Europeus e os Americanos partilham uma visão comum do mundo, ou mesmo que ocupam o mesmo mundo. Na magna questão do poder... as perspectivas americanas e europeias divergem. A Europa está a afastar-se do poder. Está a entrar num paraíso pós-histórico de paz e prosperidade relativa, a concretização da "Paz Perpétua" de Kant (...). É por isso que nas questões centrais, estratégicas e internacionais, os Americanos são de Marte e os Europeus são de Vénus: concordam em pouco e compreendem-se cada vez menos... Quando se trata de estabelecer prioridades nacionais, identificar ameaças, definir desafios e moldar e implementar políticas externas e de defesa, os Estados Unidos e a Europa seguiram caminhos separados".

<sup>4</sup> Phil Williams e Paul N. Woessner, "Transnational Threats and European Security", in *Redefining European Security*, Garland Publishing Inc., New York, 1999, p. 96. Veja-se, também, o artigo de Sam Nunn intitulado "Protecting and Defining our National Security in a Changed World", in *Preparing America's Foreign Policy for the 21 st Century*, University of Oklahoma Press, Norman, 1999, p. 115.



parecia ser, como se referiu, mais estável. Temos de ter em atenção, porém, que a diminuição acentuada do risco de um conflito nuclear na Europa, fez aumentar a probabilidade de ocorrerem alguns cálculos geopolíticos limitados, desenvolvidos individualmente por alguns Estados e que não tinham lugar desde os anos 30 do século passado.<sup>5</sup>

Por outro lado, a imprevisibilidade parece ser uma das características mais marcantes, senão mesmo a mais marcante, do mundo actual, que está cada vez mais globalizado.

Nesta nova era que estamos a viver, o poder funcional de Portugal, para utilizarmos uma expressão do Professor Adriano Moreira, assenta, pelo menos parcialmente, nessa imprevisibilidade da vida internacional, como é claramente demonstrado através das crises a que assistimos no decurso dos últimos anos (Bósnia, Kosovo, Timor, Iraque, Afeganistão, Cáucaso, etc.).<sup>6</sup>

Portugal, como país fundador da Aliança Atlântica e como membro de pleno direito da União Europeia, tem que ter em atenção esse novo quadro geopolítico internacional, por forma a ter em conta as novas ameaças que se têm vindo a desenhar um pouco por todo o mundo. No que concerne especificamente aos Açores, e concretamente à base das Lajes, tudo leva a crer que os norte-americanos continuarão a utilizá-la num futuro mais ou menos próximo, como, aliás, ficou claro durante o conflito no Iraque, ao longo do qual a base dos Açores voltou a desempenhar um papel relevante no que se refere à projecção de forças para o Médio Oriente.

Ainda há relativamente pouco tempo, foi novamente referido pelo Adjunto da Secretária de Estado norte-americana para os assuntos europeus, que as Lajes é uma base crítica para os Estados Unidos da América na condução da sua estratégia global, designadamente no que diz respeito ao Médio Oriente.

Para a nação norte-americana, o papel dos Açores, resultante da conjugação das novas opções estratégicas com uma rigorosa análise técnico-militar, incluindo o estudo detalhado das capacidades e das limitações dos meios disponíveis, estava bem definido, desde, pelo menos, 1994. A base das Lajes é então considerada uma “base chave” para a projecção de forças dos Estados Unidos da América para o Médio Oriente.

---

<sup>5</sup> Carl C. Hodge (Editor), *Redefining European Security*, Garland Publishing Inc., New York, 1999, p. XI.

<sup>6</sup> Adriano Moreira, “A Solidariedade Atlântica”, in *Mare Oceanus. Atlântico: Espaço de Diálogos* (Coord.) Maria Manuela Tavares Ribeiro, Edições Almedina, Coimbra, 2007, pp. 15-30.

No documento elaborado pelo General Accounting Office intitulado *Strategic Mobility - Serious Problems remain in U.S. Deployment Capabilities*, de Abril de 1994, das dezasseis bases consideradas essenciais por parte da Administração norte-americana a nível mundial, seis estão na Europa e uma delas é precisamente a base das Lajes.<sup>7</sup>

Como é sabido, o recurso aos Açores durante o período da Guerra Fria, deveu-se essencialmente à necessidade da grande maioria das aeronaves se reabastecerem ao se deslocarem em direcção à Europa, ao Médio Oriente ou mesmo ao Norte de África, bem como ao patrulhamento marítimo da designada área sul da NATO.

Desde 1989 que, independentemente da Guerra Fria ter terminado, é evidente, por parte dos Estados Unidos da América, que querem manter a sua presença nos Açores.

Por outro lado, temos, de igual modo, de ter em consideração que, após o fim da Guerra Fria, o mundo assistiu ao maior desinvestimento militar dos Estados Unidos desde o último conflito mundial, sendo mesmo encerradas 450 infra-estruturas militares um pouco por todo o mundo, particularmente na Europa.<sup>8</sup> No entanto, o investimento norte-americano na Base das Lajes é significativo logo nos primeiros anos da década de noventa, prosseguindo com números importantes até 2004.

Uma das conclusões a que podemos chegar é que a diminuição de tropas no Velho Continente contribuiu para reforçar a necessidade da projecção de poder por parte dos Estados Unidos na condução da sua estratégia global. Isto é, aumentou a necessidade dos Estados Unidos poderem contar com bases no exterior do seu território por forma a poderem fazer face, quando tal for necessário, a uma crise ou conflito regional, tal como nós assistimos, por exemplo, na Guerra do Golfo, em 1991, na ex-Jugoslávia ao longo dos anos 90 do século passado, no Afeganistão no final de 2001 e, mais recentemente, durante o conflito do Iraque.

Para os Estados Unidos, o acesso à Base das Lajes resolve, na altura em que foi assinado o Acordo de 1995 e até ao presente, um problema grave face à necessidade de otimizar o reabastecimento aéreo e em terra, e

---

<sup>7</sup> *Strategic Mobility - Serious Problems Remain in U.S. Deployment Capabilities*, General Accounting Office, Washington, D.C., April, 1994.

<sup>8</sup> *Strategic Airlift - Further Air Base Reductions in Europe could jeopardize capability*, Report to the Chairman, Subcommittee on Readiness, Committee on Armed Services, House of Representatives, United States General Accounting Office, Washington, D.C., 1994.

a colocação de material militar e tropas em tempo útil em diversos cenários previstos de conflito, com destaque para o Médio Oriente. O estudo de cenários alternativos deixa bem claro que sem a base açoriana, não é possível cumprir os requisitos mínimos de projecção de força em tempo de guerra.

Por outro lado, a imprevisibilidade das Relações Internacionais, a que fizemos referência anteriormente, e que tem sido uma das características mais importantes do mundo de hoje, parece não poder ser esquecida no actual quadro das relações entre os Estados Unidos e Portugal, particularmente no que se refere às Lajes.

Aquilo que parece ser claro hoje em dia, é que os Estados Unidos continuam a contar com aquela base e querem continuar a fazê-lo no futuro próximo.

Durante a Guerra Fria existia uma face que era visível, tanto para os Estados Unidos como para a então União Soviética. Hoje em dia, o terrorismo, a droga, a proliferação de armas de destruição maciça, o ambiente, entre outros, constituem elementos essenciais a ter em consideração no que diz respeito à elaboração e implementação de uma nova filosofia de defesa e de segurança internacionais.

Se examinarmos com atenção, por exemplo, o articulado da Cimeira de Praga, de Novembro de 2002, verificamos que o terrorismo internacional constitui a maior ameaça ao actual quadro das Relações Internacionais. Aquilo que parece transparecer no panorama geopolítico mundial é que as ameaças são cada vez mais difusas. Isto é, nós não sabemos como, quando e onde pode ocorrer um atentado, como ficou demonstrado nos Estados Unidos aquando dos ataques a Nova Iorque e a Washington, no dia 11 de Setembro de 2001 e, posteriormente, em Madrid, em Londres, em Bali, etc.

Por outro lado, a própria segurança europeia, tal como muitos outros aspectos das Relações Internacionais, é ambígua e altamente complexa. Ao nível da análise teórica das Relações Internacionais, duas das suas mais importantes teorias, o Realismo e o Utopismo, são, em muitos aspectos, contraditórias. Provêm ambas de percursos epistemológicos muito diferentes e baseiam-se em assunções muito diferenciadas relativamente ao papel que o conflito desempenha no âmbito das Relações Internacionais.

Um exemplo que poderemos citar relativamente a esta matéria, prende-se com o relacionamento bilateral entre o nosso país e os Estados Unidos da América, designadamente no que concerne ao Acordo de Cooperação e Defesa que, em nosso entender, não tem vindo a proporcionar ao arquipélago dos Açores as contrapartidas, não de natureza financeira, uma vez que neste momento, tal se revela particularmente difícil, senão mesmo impossível.

Referimo-nos, concretamente, à cooperação científica e tecnológica, por exemplo, que muito embora se tenha vindo a concretizar, ainda não é particularmente vantajosa para a nossa Região.

Neste contexto, o Professor Políbio Valente de Almeida, no seu livro intitulado *Do Poder do Pequeno Estado – Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências*, refere o seguinte que pensamos valer a pena citar: “No plano externo é a diplomacia que vai valorizar ou desvalorizar tudo o que consegue no plano interno. Quem tem pouca força carece de hábeis negociadores. O poder virtual do Estado – aquele de que nos apercebemos – também depende de símbolos, de argumentos verbais, de formas de persuasão, isto é, da sua capacidade negocial”.<sup>9</sup>

Estamos particularmente de acordo com esta afirmação, na medida em que se torna, de facto, fundamental que um pequeno país, como Portugal, necessita, cada vez mais, de negociadores hábeis, por forma a melhor defenderem os seus interesses a nível internacional.

Por outro lado, não nos podemos esquecer que a política externa portuguesa tem sido caracterizada por ser euro-atlântica. Isto é, independentemente de fazermos parte da União Europeia, não podemos nem devemos esquecer a nossa componente atlântica.

Relativamente a esta questão, o Professor Adriano Moreira referiu que são os nossos arquipélagos atlânticos – os Açores e a Madeira – que conferem ainda a Portugal algum poder de negociação internacional. Por outras palavras, o nosso poder funcional no âmbito das Relações Internacionais decorre do nosso relacionamento atlântico. E não apenas do Atlântico Norte. O Atlântico Sul não pode nem deve ser esquecido, na medida em que é um espaço geopolítico que se reveste para nós portugueses de especial relevância, uma vez que, entre outras coisas, a nossa língua é falada nas suas duas margens.

É por tudo isto, pensamos nós, cada vez mais urgente que se proceda a um debate alargado no âmbito da sociedade portuguesa relativamente a estas questões por forma a podermos ter uma ideia de qual deverá ser a estratégia a adoptar pelo Estado neste novo mundo em que vivemos.

Parece-nos, todavia, que a nossa participação, por exemplo, na Identidade Europeia de Segurança e Defesa deve ser tida como uma prioridade de afirmação de Portugal no âmbito europeu e, ao mesmo tempo, como um

---

<sup>9</sup> Políbio Valente de Almeida, *Do Poder do Pequeno Estado – Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências*, Instituto de Relações Internacionais, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1990, p. 207.

contributo para definir, conjuntamente com os Estados Unidos, uma relação mais equilibrada no seio da própria NATO.<sup>10</sup>

Num mundo globalizado, onde os espaços regionais têm um papel decisivo na gestão dos grandes equilíbrios mundiais, a definição e a identificação dos valores e dos interesses comuns europeus são essenciais para a instituição das formas de regulação global.<sup>11</sup>

Este projecto comum da União Europeia torna-se ainda mais relevante devido aos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, que produziram uma aceleração do processo de reformulação das alianças entre os blocos mais importantes (os E.U.A., a Rússia, a China, o Japão, a Índia e o Paquistão), do qual a Europa não pode nem deve estar marginalizada. Esta necessidade de afirmação na cena internacional, exige uma Política Externa e de Segurança Comum em articulação com as políticas comerciais e de ajuda ao desenvolvimento para o futuro.

É, pois, necessário, e até mesmo urgente, construir-se um sistema equilibrado e, para isso, a Europa tem necessidade de ter as suas capacidades autónomas e efectivas para gerir os problemas de segurança no seu território e para poder manter a paz e a estabilidade na Eurásia.

Tendo em consideração o que escrevemos anteriormente, a pergunta que pode e deve ser formulada prende-se com o novo papel que desempenhará os Açores no âmbito dessa nova equação de segurança e defesa. Isto é, com a implementação de uma Política Externa e de Segurança Comum e, por consequência, de uma Política Europeia de Segurança e Defesa por parte da União Europeia, como serão vistos os Açores e que papel poderão vir a desempenhar no futuro. Será o arquipélago açoriano perspectivado como sendo a defesa avançada dos Estados Unidos ou a da Europa?

Como refere o Professor Adriano Moreira, “a mudança acelerada de perspectiva, com a subalternização dos interesses e valores ocidentais a favor do relevo dado à distinção entre americanismo e europeísmo, e a sobrevivência de aspirações hegemónicas, mundiais no primeiro caso, regionais no segundo, afectam seguramente a hierarquia das potências, mas encaminham Portugal, em consequência do triângulo estratégico que lhe pertence, no sentido de ser qualificado como povo de fronteira e de articulação.

---

<sup>10</sup> António Vitorino, “Europa: Saudade ou Reencantamento”, in *Negócios Estrangeiros*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, n.º 2, Setembro de 2001, p. 39.

<sup>11</sup> Relativamente a esta matéria, veja-se, por exemplo, o livro de Timothy Garton Ash, *Free World – A América, a Europa e o Futuro do Ocidente*, Alêtheia Editores, Lisboa, 2006, pp. 254-255.

Neste contexto, o arquipélago dos Açores surge como expressão visível desse poder funcional que não deixa de ser, de igual modo, um risco".<sup>12</sup>

Como resultado de tudo isto, o que nos parece ser importante realçar é o facto de que no final de uma era, quando as principais doutrinas relacionadas com a política externa durante a guerra fria ainda não foram completamente substituídas, os Estados Unidos assim como as principais potências mundiais, entraram no que se pode designar como um interregno estratégico.<sup>13</sup>

Existem grandes alterações em curso no âmbito das Relações Internacionais e ainda não é certo quais serão as características da nova ordem internacional que irá um dia ter lugar. Será essa futura ordem caracterizada por um regresso a uma nova hostilidade e equilíbrio de poder entre as maiores potências do mundo ou por um relacionamento internacional mais estável e pacífico, como todos nós gostaríamos que acontecesse. De qualquer forma, entendemos que Portugal continuará a desempenhar um importante papel de fronteira e de articulação, tendo o arquipélago dos Açores uma função que não pode nem deve ser esquecida em todo este contexto.

---

<sup>12</sup> Conferência proferida pelo Professor Doutor Adriano Moreira, na cerimónia de abertura do 1.º Mestrado em Relações Internacionais da Universidade dos Açores, que decorreu naquela Universidade, no dia 20 de Fevereiro de 2001.

<sup>13</sup> Acerca do papel dos Estados Unidos da América no mundo pós-11 de Setembro de 2001, recomenda-se o livro de Robert J. Lieber, *A Era Americana*, (trad.), Editorial Estampa, Lisboa, 2007, pp. 26-57.